

Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito - MS

Políticas públicas de turismo e indicadores de sostenibilidad ambiental: un estudio sobre Bonito - MS

Public tourism policies and indicators of environmental sustainability: a study of Bonito - MS

Fábia Trentin*

e-mail: fabiaftur@uol.com.br

Davis Gruber Sansolo**

e-mail: davis@anhembi.br

Resumo

Este trabalho analisou os aspectos relacionados à questão ambiental nas políticas públicas de turismo para Bonito e região, para isso, foram utilizados três indicadores (água, resíduos sólidos, destino do esgoto), que possibilitaram a análise para o estudo sobre Bonito. A escolha destes se deu por meio da leitura de referências bibliográficas que discutem e/ou apresentam o uso de indicadores. A aplicação dos indicadores na pesquisa de campo se deu nos atrativos turísticos que estavam de acordo com os seguintes critérios: passeios mais antigos, mais visitados, mais recentes e mais visitados, os meios de hospedagem foram selecionados pelo número de leitos, pois a quantidade é significativa no consumo de água e produção de resíduos sólidos e efluentes. Ao final da pesquisa, pôde-se concluir que as preocupações com as questões de saneamento encontram-se mais presentes nas ações propostas pelos programas e projetos do que na prática.

Palavras-chave: Bonito. Indicadores. Políticas Públicas. Turismo.

Resumen

Este trabajo analizó los aspectos relacionados a la cuestión ambiental en las políticas públicas de turismo para Bonito y región, para eso, se utilizaron tres indicadores (agua, residuos sólidos, destino del desagüe), que posibilitaron el análisis para el estudio sobre Bonito. La elección de los mismos se dio por medio de la lectura de referencias bibliográficas que discuten y/o presentan el uso de indicadores. La aplicación de los indicadores en la investigación de campo se dio en los atractivos turísticos que estaban de acuerdo con los siguientes criterios: paseos más antiguos, más visitados, entre los medios de hospedaje se seleccionó por el número de lechos, pues la cantidad es significativa en el consumo de agua y producción de los residuos sólidos y efluentes. Al final de la investigación, se pudo concluir que las preocupaciones con las cuestiones de saneamiento se encuentran más presentes en las acciones propuestas por los programas y proyectos que en la práctica.

Palabras-clave: Bonito. Indicadores. Políticas Públicas. Turismo.

Abstract

This study analyzes aspects related to the environmental issue in public tourism policies for Bonito and the surrounding region. With this aim, it uses three indicators (water, solid waste and sewage disposal), which formed the basis of analysis for this study on Bonito. The choice of these three indicators was based on a reading of bibliographic references which discuss and/or present their use. The indicators were used in the field research, within the tourism attractions, according to the following criteria: for the routes, the indicators were applied to the oldest, the most visited, and the most visited and the most recent, while for the accommodation establishments, they were applied to those with more beds, given that the number of people using the facility is a significant factor in the consumption of water and the production of solid waste and sewage. At the end of the study, it was concluded that the concerns with issues of sanitation shown in the proposed programs and projects were not borne out in actual practice.

Key words: Bonito. Indicators. Public Policies. Tourism.

*(FAG/UniPinhal)

**Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo, USP - Docente do Programa de Mestrado - Universidade Anhembi Morumbi.

1 Indicadores de sustentabilidade ambiental

Um instrumento relevante para a elaboração das políticas públicas sustentáveis são os indicadores de desenvolvimento sustentável. No Brasil, o IBGE publicou em 2002 e atualizou em 2004 os indicadores de desenvolvimento sustentável categorizados em indicadores econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Para o turismo sustentável, a referência de indicadores diz respeito àqueles elaborados pelo IBGE, porém o uso destes para o direcionamento das políticas públicas de turismo ainda é insuficiente.

Autores como Merico vêem na política ambiental, baseada em indicadores ambientais, uma aliada para avaliar o nível de sustentabilidade do processo econômico e social, pois “a construção dos mesmos pode subsidiar a implantação de políticas associadas a melhorias dos padrões avaliados” (MERICCO, 2001, p. 258).

De acordo com o IBGE (2002, p.10) indicadores “são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem”. Daí a importância de se trabalhar com as quatro dimensões (econômica, ambiental, social e institucional).

Para Bryn van Druinen (1999, *apud* MATHIS, p.11) “um indicador de sustentabilidade é a representação quantitativa de um certo parâmetro que fornece informações sobre um fenômeno que é importante para o desenvolvimento sustentável”.

Assim, o uso de indicadores vem representar uma nova visão de desenvolvimento vinculando aspectos sociais, ambientais e institucionais, além do econômico que sempre esteve diretamente relacionado aos instrumentos utilizados para mensurar crescimento econômico e o desenvolvimento de um país.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT (2003, p. 114) os indicadores ambientais de turismo sustentável:

avaliam as informações sobre os impactos do turismo em uma área para demonstrar se os impactos positivos estão ocorrendo conforme esperado e os negativos estão sendo evitados. No caso de os impactos positivos não estarem atendendo às expectativas, os indicadores mostrarão esse fato. Se os impactos negativos estiverem surgindo, os indicadores irão identificá-los antes que se agravem. Os indicadores ambientais podem ser utilizados pelos tomadores de decisões na adoção de ações, sempre que necessário, para reforçar os impactos positivos e evitar ou atenuar os negativos.

Ou seja, segundo a OMT, os indicadores são instrumentos para o monitoramento e avaliação dos impactos da atividade turística, sejam eles positivos ou negativos. Se negativos, os indicadores irão apontar os aspectos que devem ser corrigidos, evitando e/ou minimizando tais impactos.

A OMT (1997, p. 76) considera “indicadores de meio ambiente a água, ar, fauna, terra/solo, habitat, uso de energia e recursos, e resíduos”. A partir desta fundamentação teórica e do acesso e disponibilidade dos dados é que os indicadores para Bonito (água, resíduos sólidos e coleta e tratamento do esgoto) foram selecionados.

O uso de indicadores tem, entre outros objetivos, o de avaliar a implementação de políticas e os resultados, possibilitando o acompanhamento de um quadro evolutivo, inclusive com a melhoria de índices ambientais, por exemplo.

Para que as ações sejam delineadas com a finalidade de iniciar e dar continuidade ao processo de transição do atual modelo de produção para outro que seja mais sustentável, as políticas públicas precisam ser elaboradas tendo por referência os princípios de sustentabilidade para todos os setores, inclusive no turismo.

A OMT parece ter percebido esta necessidade ao propor a realização de estudos para definição de metodologias de indicadores ambientais de turismo sustentável que possam ser aplicados em todos os países, pois o turismo e as políticas públicas para este setor têm relação direta com o ambiente natural, necessitando, assim, de monitoramento constante, de indicadores que reflitam os impactos decorrentes e/ou maximizados pela atividade.

2 Serra da Bodoquena: um olhar sobre o município de Bonito

A região identificada como Serra da Bodoquena, que compreende os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, está localizada na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e possui características físicas que compõem uma paisagem natural frágil e de interesse turístico.

De acordo com a caracterização da vegetação do Planalto da Bodoquena, encontrada no documento elaborado pelo IPHAN¹/SEBRAE/MS/COMTUR (2004), afirma-se que a vegetação existente neste planalto, varia conforme o tipo de solo, sendo encontrados vegetações típicas de Cerrado, Cerradão, Campo Cerrado e Campo Limpo. Há, também, a ocorrência de floresta estacional semidecidual e floresta estacional decidual submontana.

O principal atrativo turístico de Bonito e região é observado na sua rede de drenagem que está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, Sub-Bacia do Miranda e Aquidauana, sendo seus principais cursos d'água o Rio Miranda, rio Formoso e Rio da Prata. Os rios que nascem no município são o rio do Peixe, rio Formoso, rio Perdido e Sucuri, que têm grande importância para o desenvolvimento do turismo no município. Outros corpos d'água tributários do rio Formoso são o Córrego Bonito, Restinga e Saladeiro, que cortam a cidade ou estão próximos, como o Saladeiro.

O município apresenta um sistema hidrográfico particular e, segundo Boggiani (1999, p. 01), devido

às águas serem ricas em carbonatos de cálcio dissolvido e pela atividade de algas e musgos que dão origem a barreiras de calcário que crescem verticalmente ao longo dos anos [...] A região é caracterizada por apresentar exposições de calcários, sendo que a presença deste tipo de rocha resultou na origem desta paisagem atípica [...] Bonito apresenta cavernas com lagos e rios subterrâneos. Isto ocorre porque o calcário, constituído basicamente de carbonato de cálcio, é uma rocha solúvel, ou seja, no contato com águas aciduladas o carbonato de cálcio se dissolve e é levado pelas águas.

O território onde se localiza Bonito e a Serra da Bodoquena apresenta rochas calcárias que estão inseridas geologicamente no Grupo Corumbá (BOGGIANI, 1999). A presença de rochas calcárias é fator de grande relevância na geomorfologia local, pois favorece a formação de grutas e um entremeado de lençóis freáticos subterrâneos que caracterizam os atrativos naturais do município e região (ALMEIDA, 1965).

De acordo com informações do IPHAN, SEBRAE/MS e COMTUR (2004) o início do turismo no município de Bonito está intimamente ligado a descoberta da Gruta do Lago Azul que segundo Lino et. al. (1984 apud IPHAN/SEBRAE/MS/COMTUR, 2004, p. 35) se deu “na década de quarenta, pelo proprietário da área, e a visitação turística teria sido iniciada somente nos anos setenta[...]”.

Na década de setenta também foram realizados estudos pela Empresa Turística do Mato Grosso – TURIMAT, visando o uso da água do lago da Gruta do Lago Azul; e pela Universidade Federal de Minas Gerais que recomendou que a gruta tivesse um “Programa para utilização de um turismo científico-cultural na área sudeste do Estado de Mato Grosso” (EIA/RIMA, 2004, p. 35). Sendo o processo de tombamento da Gruta do Lago Azul, homologado em 1978, como resultado de tal programa.

A Gruta foi motivo de estudos como o “Projeto Grutas de Bonito” que delineou algumas propostas para aproveitamento turístico da cavidade de forma que o processo de depredação fosse contido; além de ter sido objeto de estudos que resultaram em dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em 1992, foi realizada a Expedição Franco-Brasileira, que disponibilizou algumas informações e descobertas. A partir dos resultados obtidos com esta expedição, foi ao ar na Rede Globo de Televisão o programa “Globo Repórter” com imagens e informações inéditas sobre Bonito, especificamente a Gruta do Lago Azul, fato que contribuiu para a divulgação da cidade e incentivou a procura pela destinação.

Desde então a atividade turística cresce a cada ano, disponibilizando mais infra-estrutura de hospedagem, atrativos turísticos, equipamentos de alimentação, associações de segmentos envolvidos com o turismo, promovendo mudanças relacionadas à organização e estruturação do turismo, assim como os efeitos positivos e negativos inerentes a tal atividade (TRENTIN, 2001).

Um dos efeitos que se pode relacionar com o turismo é o crescimento populacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população de Bonito era composta por 11.014 habitantes (IBGE, 1980), 15.543 (IBGE, 1991), e 16.956 habitantes (IBGE, 2000). Época em que foi registrado, também, um decréscimo na população rural. Embora tenha ocorrido o aumento populacional, de 9% entre o censo de 1991 e 2000, alguns aspectos do saneamento básico não acompanharam este crescimento nem da atividade turística, fato que pode influenciar a qualidade ambiental do local e refletir negativamente no turismo.

A captação de água em Bonito é feita por meio de três poços profundos, explorando águas subterrâneas que são levadas até um reservatório por duas bombas que são utilizadas alternadamente. A água é tratada com a adição de hipoclorito de sódio para desinfecção da água, ocorre na tubulação de entrada de cada reservatório (PDITS², 2004).

Com o crescimento da atividade turística e, conseqüentemente, das infra-estruturas turísticas, como os meios de hospedagem, segundo dados da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – Sanesul, citados no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (2004), houve a perfuração de 38 poços tubulares para abastecimento destes empreendimentos.

De acordo com informações do PDITS (2004, p. 57):

A situação mais crítica observada é que grande parte das perfurações é executada sem observância de normas técnicas e sem acompanhamento por técnico da área. As informações sobre estes poços são verbais e contemplam somente sua localização. De acordo com a Sanesul, os problemas de contaminação (poluição) das águas subterrâneas em aquífero fissurados, são irreversíveis, pois a renovação de água nestes aquíferos se processa com velocidades muito baixas, dificultando sobremaneira a recuperação de suas características qualitativas e quantitativas.

Com o objetivo de organizar as perfurações, a equipe técnica que elaborou o PDITS propõe que sejam realizados “estudo de dados climatológicos e hidrológicos; elaboração de mapeamento geológico e estrutural; avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos subterrâneos, avaliação química” (PDITS, 2004, p. 57).

No que se refere ao esgoto, Bonito conta com 55% da população atendida pelo sistema de tratamento de esgoto em funcionamento. O conjunto é composto de rede coletora com 50.000 m, seis estações elevatórias e uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE com 1.754 ligações (SANESUL, 2004).

A população não atendida pelo sistema de tratamento de esgoto utiliza fossas sépticas e sumidouros. Em outros casos, o esgoto doméstico é lançado nas galerias de águas pluviais ou mesmo nos córregos, como ocorre no córrego Bonito, que passa pela cidade de Bonito e apresenta qualidade da água variando de aceitável a ruim. O efluente da estação de tratamento

de esgoto também é lançado “no córrego Bonito, com eficiência de 70%, não passando por qualquer processo de melhoria” (PDITS, 2004, p. 63).

De acordo com informações do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2004, p. 64),

Os sistemas de tratamento de esgoto nas cidades de Bodoquena e Bonito, são sobrecarregados nos períodos de pico turístico (janeiro, carnaval), ocasionando a perda na eficiência do tratamento e os efluentes lançados nos elementos receptores comprometem a qualidade da água.

Nos municípios que integram a Região da Serra da Bodoquena, há também, deficiência na coleta final dos resíduos sólidos do meio urbano e rural. Pelas características geomorfológicas do solo e pela fragilidade que a região apresenta, tal fato requer atenção.

A gestão dos resíduos sólidos é outro problema, pois a coleta é responsabilidade do poder público e atende 90% dos domicílios localizados na sede do município, sendo praticamente nula na zona rural. A coleta é feita diariamente no centro da cidade; três vezes por semana, nos bairros circunvizinhos e duas vezes por semana, nos bairros periféricos. Em um povoado e num loteamento a coleta é realizada com um espaço de tempo maior. Todo o resíduo é depositado no lixão.

O local usado para destino final dos resíduos sólidos do município não é licenciado e tão pouco tratado de acordo com as normas existentes para aterro sanitário. No local, é colocado calcário no fundo das valas onde os resíduos são colocados e o chorume é carregado para áreas mais baixas.

Sabe-se que “foi concluída com recursos do Governo Federal uma Unidade de Processamento de Lixo (UPL)” (PDTIS, 2004). O funcionamento da UPL passa por constante instabilidade em função do município não ter conseguido implantar, até o momento (Dez/2004), uma forma organizada para a coleta seletiva.

Um outro efeito do turismo foi a contribuição para a melhoria da arrecadação municipal e melhoria da qualidade de vida, podendo estar associado, também, a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM para os municípios da Serra da Bodoquena, pois apresentaram melhora significativa, principalmente, para Bonito, que saiu da 30ª posição para a 18ª (*ranking* estadual), quando comparado com o IDHM de 1991 e 2001, respectivamente.

Embora o turismo possa ter contribuído para a melhoria do índice, não se pode afirmar que é o responsável, pois Bonito tem sido contemplado por políticas públicas de vários setores como saúde e educação que, provavelmente, influenciaram a melhoria do IDHM.

Bonito possui características físicas particulares que lhe conferem lugar de destaque como destino turístico; por sua importância e fragilidade do ecossistema tornou-se alvo de políticas públicas setoriais de turismo e meio ambiente, originárias das esferas federal, estadual e municipal. A seguir serão apresentados alguns programas e ações que incidiram sobre o território, objeto de estudo, nos últimos anos.

3 Políticas, programas, projetos e ações que contemplam Bonito e a Região da Serra da Bodoquena

O entendimento de política pública de turismo para este trabalho, está baseado na definição apresentada por Cruz (2000, p. 40) que a considera “o conjunto de intenções, diretrizes, diretivas e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

Neste item serão apontadas algumas ações inseridas nas políticas, programas e projetos que foram articulados no âmbito do poder público federal, estadual e municipal. Na esfera estadual e municipal, baseando-se nos diplomas legais e políticas nacionais como a do Meio Ambiente, foram

criados mecanismos para licenciamento ambiental e unidades de conservação em Bonito; capacidade de carga nos atrativos de Bonito e Região; elaborados e aprovados diplomas legais que amparam legalmente determinados aspectos da atividade turística no município de Bonito e no estado de Mato Grosso do Sul.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS - é o plano mais recente para Bonito e há o envolvimento tanto do poder público municipal quanto estadual na elaboração e aprovação deste. O PDITS reflete as exigências do Termo de Referência elaborado pelo Ministério do Turismo ao qual o Programa de Desenvolvimento do Turismo para a região Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mais o estado de Mato Grosso do Sul - Prodetur-Sul está vinculado, possibilitando ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul alocar recursos financeiros provenientes do empréstimo a ser contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a área considerada prioritária, ou seja, a Serra da Bodoquena.

Nos programas, projetos e ações encontrados nos documentos que tratam da atividade turística no município de Bonito e Serra da Bodoquena, não foi identificado o uso da terminologia indicadores ambientais, apenas indicadores econômicos e sociais como forma de controle dos prováveis impactos ligados às ações propostas no PDITS, que serão executadas com recursos do Prodetur/Sul.

Entre as estratégias e ações propostas para serem executadas com recursos do Prodetur/Sul, estão duas que irão refletir melhorias na gestão ambiental da Serra da Bodoquena. A primeira estratégia foi apresentada para diversificar e qualificar a oferta de produtos turísticos, com a proposição de ações como a redução do índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios e o grau de pureza da água em Bonito e Bodoquena; a elaboração e ampliação do projeto para captação, reservação e distribuição de água potável, nos três municípios, com vistas ao atendimento da população flutuante, a criação de mecanismo de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena, e realização de estudo Hidro-Geológico dos municípios de Bodoquena e Bonito.

A segunda, visa a proteção dos recursos naturais importantes para o turismo, que tem ações previstas como a elaboração de estudo e implantação de controle da capacidade de visitação dos produtos turísticos; a regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental; ampliação da rede de monitoramento da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo, melhoria da eficiência e a capacidade das ETEs existentes e implantação rede de esgoto para atender à demanda turística; elaboração e execução do projeto de drenagem nas três cidades; implementação da fiscalização e o monitoramento ambiental na Serra da Bodoquena; ampliação e sistematização do processo de sensibilização e conscientização ambiental e turística da sociedade local; estabelecimento e ordenamento ambiental da sub-bacia do rio Formoso; implantação efetiva das unidades de conservação da Serra da Bodoquena.

As ações da segunda estratégia podem compor um quadro com informações ambientais que poderão gerar indicadores que subsidiem as decisões relacionadas às políticas públicas, no sentido de adotarem medidas que tragam melhoria da qualidade ambiental na Serra da Bodoquena.

As ações, elaboração de estudo e implantação de controle da capacidade de visitação dos produtos turísticos e a regularização dos empreendimentos de turismo quanto ao licenciamento ambiental, agrupadas com informações como a capacidade de carga dos atrativos, existência de unidades de conservação nos passeios e gestão dos resíduos nestes, podem gerar dados que possibilitem a criação de indicadores ambientais para os atrativos turísticos.

Já as ações, ampliação da rede de monitoramento da qualidade da água para as sub-bacias importantes para o turismo; melhoria da eficiência e a capacidade das ETEs existentes e implantação da rede de esgoto para atender à demanda turística; elaboração e execução do projeto de drenagem nas três cidades; implementação da fiscalização e o monitoramento ambiental na Serra da Bodoquena; ampliação e sistematização do processo de sensibilização e conscientização ambiental e turística da sociedade local; estabelecimento e ordenamento ambiental da sub-bacia do rio Formoso; e implantação efetiva das unidades de conservação da região, podem ser analisadas no sentido de

subsidiar a elaboração de um índice de sustentabilidade ambiental da Serra da Bodoquena. Ou seja, a elaboração de indicadores de sustentabilidade ambiental poderá ser agrupada para a criação de um índice de sustentabilidade ambiental para Bonito, fazendo com que este seja melhorado, por meio da adoção de políticas públicas que porventura visem tal melhoria.

Estimular a implantação de novos empreendimentos turísticos em Bodoquena e Jardim, de modo a desconcentrar os fluxos turísticos, é uma ação proposta dentro da estratégia para minimizar a sazonalidade. Do ponto de vista ambiental a desconcentração do fluxo turístico pode ser uma forma de amenizar os impactos, uma vez que poderia distribuir o fluxo que se concentra nas altas temporadas. Mas, não é sobre este enfoque que a mesma é discutida no município. De acordo com o secretário de turismo³, a sazonalidade é um dos gargalos da atividade turística, referindo-se a diminuição do fluxo turístico e os efeitos desta queda. Assim, não é pensado em desconcentrar o fluxo da alta temporada, mas captar um fluxo turístico para suprir o que é considerado deficiente na baixa temporada.

Um outro programa é o Programa Pantanal, que tem como objetivo geral o de promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai, por meio do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas e ambientalmente compatíveis com os ecossistemas e provendo melhores condições de vida à população da região. O Programa Pantanal abrange todo o pantanal, incluindo em seus programas e projetos os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Este programa pode fortalecer a idéia de regionalização como é apresentado por Lanna (1996), que diz que uma das formas de promover a regionalização se dá por microbacias hidrográficas com a constituição de consórcios para proteção dos recursos hídricos. Em Bonito, há uma associação que visa a proteção do rio Mimoso e o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (2004), que tem “a finalidade de recuperar, conservar e proteger os rios, as matas e a biodiversidade existente na região da Serra da Bodoquena”.

Bonito é contemplado pelo Programa Pantanal, com os projetos de monitoramento da qualidade das águas e com o projeto de saneamento urbano, porque a bacia do rio Formoso está inserida na Bacia do Rio Miranda que, por vez, é tributária do rio Paraguai.

O rio Formoso é o principal de Bonito, sendo o maior em extensão, concentrando um número significativo de atrativos. Por isso, o rio Formoso, o Córrego Bonito e o Córrego Saladeiro tem suas águas monitoradas em 10 pontos de coleta.

No que se refere ao monitoramento da bacia do rio Formoso, já existem resultados identificando que a água do rio Formoso encontra-se no nível bom em alguns pontos monitorados, embora venha apresentando uma leve tendência de “piora da qualidade principalmente no ponto FO2073, a montante do rio Sucuri” (SEMA/MS; IMAP, 2004).

A qualidade das águas do rio Formoso está sendo comprometida, entre outros motivos, pelas águas do córrego Bonito que tem alto índice de poluição, segundo a SEMA/MS e IMAP (2004, p. 77) em função do “lançamento de esgotos domésticos *in natura*, contribuições do sistema de tratamento de esgoto com baixa eficiência na remoção de bactérias e resíduos sólidos dispostos inadequadamente ou lançados diretamente nesse corpo d’ água”.

O resultado do monitoramento ocorrido nos anos 1997/1999 apresentou melhores condições que os anos 2000/2001. A piora da qualidade do rio Formoso foi registrada nos pontos de coleta na Ilha do Padre e na foz deste rio, que são os pontos localizados depois que este recebe as águas do Córrego Bonito.

O Córrego Bonito passa na cidade de Bonito e recebe esgoto doméstico *in natura* apresentando baixa qualidade das águas. Nos anos de 1997 e 1998, as águas do Córrego Bonito foram consideradas péssimas, porém nos anos posteriores o quadro apresenta uma melhora, uma vez que as águas são classificadas como ruins.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil - é um Programa do Plano Nacional de Turismo, que está em processo de implantação na Região da Serra da Bodoquena, mas

algumas dificuldades já foram identificadas, uma delas é a falta de integração política na região. O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo também mencionou o distanciamento político, principalmente, em relação a Bodoquena. O Secretário também fez referência a dificuldade de trabalhar com os municípios de Bodoquena e Jardim, uma vez que percebia menor interesse político, em virtude da menor dependência destes municípios, em relação a atividade turística.

Bonito não só apresenta maior dependência financeira em relação ao turismo, como atingiu determinado grau de organização fazendo com que se tornasse destaque em âmbito nacional, fato que se apresenta como uma dificuldade na proposta de regionalização do turismo na Serra da Bodoquena, uma vez que o *voucher* único é emitido apenas por Bonito.

O projeto Formoso Vivo é outra ação que está sendo desenvolvida e envolve o levantamento das propriedades que estão localizadas nas margens deste rio com a finalidade de conhecer a situação da Área de Preservação Permanente – APP e, assim, ter o diagnóstico destas áreas com o objetivo de recuperar os locais em que a APP está suprimida e/ou degradada, assim como localizar nas propriedades as reservas legais e averbá-las na matrícula da propriedade rural.

Dentre as 75 propriedades identificadas ao longo do rio Formoso, a grande maioria tem relação com a atividade turística (lazer, atrativo, balneário, hotelaria e piscina), confirmando a participação do turismo com percentuais significativos, pois os *decks*, trilhas, muro de arrimo e piscina estão diretamente relacionados ao uso da APP e do rio para as atividades turísticas. Quanto às edificações, pode não ser exclusivo do turismo, uma vez que existem propriedades que não exploram economicamente a atividade (CONSTANTINO, et. al. 2004).

Se foram feitas construções na APP, estas ocorreram pela permissividade instalada em todo o sistema de fiscalização, pois existem instrumentos e mecanismos legais para instalação de empreendimentos de forma adequada, assim como para coibir o uso inadequado de APP's e recursos hídricos.

O projeto Formoso Vivo está sendo realizado com a finalidade de recuperar as áreas de preservação permanente do rio Formoso e conta com a participação de órgãos federais, estaduais, organizações não-governamentais e empresários do *trade* turístico, destacando-se a participação do Ministério Público Estadual-Comarca de Bonito, no cumprimento das determinações legais no que se refere à APP.

Quanto à solução de conflitos ambientais, o Ministério Público Estadual-Comarca de Bonito tem exercido papel significativo nas questões relacionadas ao Projeto Formoso Vivo, como a prevenção, a recuperação do desmatamento das APPs localizada às margens do rio Formoso, assim como na definição da reserva legal de cada uma das 75 propriedades, com averbação na matrícula de cada uma delas.

O Ministério Público Estadual-Comarca de Bonito também abriu Inquérito Civil com o objetivo de apurar fatos e identificar os responsáveis pela poluição do Córrego São João, onde estava sendo depositado esgoto doméstico, sem qualquer tratamento prévio, comprometendo a qualidade da água e causando mau cheiro no local. O Inquérito Civil resultou na adequação das ligações na rede de coleta de esgoto de aproximadamente 50 empreendimentos turísticos dos segmentos de hospedagem e alimentação.

No conteúdo do inquérito consta que foi assinado um termo de convênio entre a Petrobrás S/A e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS, a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL e o Município de Bonito – MS, visando a implantação de sistema de esgotamento sanitário na cidade. O termo de convênio foi assinado em 14 de maio de 2004.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito também é uma ação do poder público estadual e, entre outras estratégias, o plano de ação cita a política municipal de meio ambiente, vinculando a esta política a gestão dos resíduos sólidos, o ecoturismo, a conservação e sustentabilidade do meio ambiente, o incremento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Ecológico com a criação de novas Unidades de Conservação e o zoneamento ecológico; e a política estratégica de turismo, segundo este plano estaria voltada para aspectos como integração do poder público com o *trade* turístico, meio ambiente, infra-estrutura básica municipal, qualidade na prestação de serviços, *marketing*, normatização da atividade turística e outras.

Bonito também foi alvo dos programas Pólos de Ecoturismo, Melhores Práticas para o Ecoturismo – MPE, no âmbito federal, e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Sudoeste, no âmbito estadual.

Observando as estratégias e ações dispostas nas políticas, planos e programas para Bonito e Serra da Bodoquena percebe-se que há uma sobreposição de ações mais a título de discurso do que a execução prática das propostas, pois todos os programas listados e descritos acima apresentam algum tipo de levantamento e inventário da oferta turística, da infra-estrutura urbana entre outros aspectos, mas os resultados que seriam a seqüência do diagnóstico não se concretizam. É o que aponta a Diretora de Turismo, como causa do descrédito por parte daqueles que estão envolvidos direta e indiretamente com a atividade turística.

O uso de indicadores além de subsidiar as decisões para a adoção de determinadas ações em termos de políticas públicas, pode também avaliar os resultados das ações implementadas, identificando as falhas e (re) orientando-as.

4 Indicadores ambientais de pressão, estado e resposta para Bonito

A pesquisa foi realizada nos atrativos turísticos naturais de Bonito mais visitados e em um atrativo turístico natural no município de Bodoquena e Jardim e teve como objetivo analisar aspectos como a captação de água, destino dos resíduos sólidos e esgoto, com a finalidade de verificar se as políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas para o turismo contemplam, não apenas no discurso, mas também na prática, a sustentabilidade ambiental.

Os atrativos turísticos foram selecionados tendo como base o relatório de visitação elaborado com base na emissão e arrecadação do *voucher*  nico. Assim foram escolhidos, em Bonito, quatro atrativos turísticos mais visitados e com maior tempo de funcionamento, e dois mais visitados entre aqueles com menor tempo funcionamento. Para Jardim e Bodoquena o critério utilizado foi o número de visitantes de acordo com a emissão e arrecadação do *voucher*  nico.

De acordo com o objetivo da pesquisa, foram realizados levantamentos com o intuito de identificar como acontece a captação de água, o destino dos resíduos sólidos e destino do esgoto para diagnosticar a situação atual dos atrativos (Quadro 1) e meios de hospedagem (Quadro 2) em rela o a tais aspectos, assim como verificar a existência e cont duo das políticas públicas de turismo no que se refere à gestão ambiental de empreendimentos turísticos no município.

Quadro 1 - Caracteriza o dos atrativos turísticos quanto aos indicadores ambientais

Município: Bonito				
Atrativo	Tempo de funcionamento	Capta�o de �gua	Resíduos sólidos	Destino do esgoto
A	-	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica
B	1992	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica
C	1992	Mina Rio	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica
D	1994	Poço artesiano	Coleta seletiva Lixão	Fossa séptica com sumidouros
E	1998	Mina	Coleta seletiva enterro em valas	Fossa séptica
F	1999	Poço artesiano	Coleta seletiva	Fossa séptica com sumidouro
Município: Jardim				
Atrativo	Tempo de funcionamento	Capta�o de �gua	Resíduos sólidos	Destino do Esgoto
G	1995	Poço artesiano	Coleta seletiva	Fossa séptica
Município: Bodoquena				
Atrativo	Tempo de funcionamento	Capta�o de �gua	Resíduos sólidos	Destino do Esgoto
H	2001	Mina	Coleta seletiva e enterro em valas	Central de tratamento

A maioria dos atrativos turísticos capta a água por meio de poço artesiano, fato que se justifica pelo motivo destes estarem localizados no meio rural. A captação da água de mina também é uma prática comum, porém, em ambos os casos, devem-se tomar cuidados no que diz respeito a conservação das nascentes e do lençol freático, verificando-se a legislação pertinente.

Nos atrativos, há a separação de alumínio, plásticos, papelão, resíduos e orgânicos, que são comercializados, doados, enterrados e, em alguns casos, são levados para o lixão da cidade.

Com relação aos resíduos sólidos, há uma expectativa por parte dos empresários e/ou gerentes (entrevistados) dos estabelecimentos que o poder público defina uma forma de gestão e estabeleça uma política para implantação da coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos sólidos. Em relação ao destino do esgoto, a situação é semelhante.

Desta forma, os resultados obtidos indicaram que a água é captada de poço artesiano em seis atrativos e, nos outros dois, um capta apenas de mina e o outro de mina e rio. O esgoto é depositado em fossas sépticas, algumas com sumidouros.

Encontram-se, no quadro abaixo, as informações referentes aos meios de hospedagem e aos indicadores de sustentabilidade ambiental selecionados para análise desta pesquisa.

Quadro 2 - Caracterização dos meios de hospedagem quanto aos indicadores ambientais

Meio de Hospedagem	N.º leitos	Captação de água	Destino dos Resíduos Sólidos	Esgoto
1 Água Azul Pousada	100	Poço artesiano	Coleta municipal	
2 Bonito Ecological Hostel – Albergue da Juventude	87	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de papelão, papéis, latas, plásticos e vidros	Fossa séptica
3 Marruá Hotel	120	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora
4 Pousada do Estudante	90	Rede pública	Coleta municipal	Rede coletora
5 Chalé Apart Hotel	96	Rede pública	Coleta municipal Separação de vidro e alumínio	Rede coletora
6 Hotel Paraíso das Águas	94	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora
7 Hotel Canaã	200	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora
8 Hotel Refúgio	120	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio	Rede coletora
9 La Paloma Residence	102	Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio e vidro	Rede coletora
10 Pousada e Restaurante Bonsai	110	Rede pública Poço artesiano	Coleta municipal Separação de alumínio, plástico, vidro	Rede coletora
11 Pira Miúna Hotel	88	Rede pública	Coleta municipal Separação de alumínio, vidro, plástico	Rede coletora
12 Hotel Lago Azul	116	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora
13 Tapera Hotel	90	Rede pública Poço artesiano	Hotel Separação de alumínio, vidros, papéis	Fossa séptica
14 Wetega Hotel	140	Poço artesiano	Coleta municipal	Rede coletora
15 Zagaia Eco Resort	306	Poço artesiano	Feita pelo hotel – destino lixão	Fossa séptica

Fonte: Trentin, 2005

No quadro2, observou-se que os meios de hospedagem localizam-se na cidade e, mesmo assim, a água captada para abastecer os empreendimentos é proveniente de poços artesianos em 53% dos meios de hospedagem apresentados. Em aproximadamente 27% a captação se dá por meio de poços artesianos e da rede pública e apenas 20% são abastecidos unicamente pela rede pública.

Sobre a reutilização da água, foi identificado que apenas um meio de hospedagem reaproveita a água marrom (da lavanderia) para jardinagem. Outro meio de hospedagem reaproveita a água residual da lavanderia para a limpeza das calçadas, porém não há nenhuma forma de captação,

armazenamento e tratamento desta água para que seja reutilizada, como orienta as normas para reutilização deste recurso.

No que se refere ao uso de equipamentos para economia de água apenas um hotel possui redutores de vazão nos chuveiros e dos 15 meios de hospedagem nove apresentam armazenamento de água para os vasos sanitários em caixas ao invés de válvulas hídras.

Nos meios de hospedagem, os resíduos sólidos encontram-se da seguinte maneira: alguns empreendimentos que separam alumínio, plástico, vidro e papelão, comercializam e/ou doam para associações beneficentes; alguns vendem e destinam o valor arrecadado para funcionários e a maioria não separa os resíduos que sobram são encaminhados para o lixão, inclusive dos empreendimentos que não fazem nenhuma separação. Sobre a coleta seletiva, dois gerentes de hotéis disseram que não há nenhum programa funcionando, embora a Secretaria Municipal de Meio Ambiente tenha tentado implantar a coleta seletiva, mas não obteve sucesso.

Sobre os aspectos relacionados à questão do esgoto sanitário e dos resíduos sólidos, um gerente manifestou preocupação com notícias que estão divulgando aspectos negativos de Bonito, como a destinação dos resíduos sólidos, pois a veiculação de informações negativas, deixam os empresários inseguros, reduzindo os investimentos no setor turístico da cidade.

Não foi levantado nas associações do trade turístico se existem iniciativas para a implantação de um programa de coleta seletiva nos meios de hospedagem, por exemplo. Mas o que se percebeu nas entrevistas é que a expectativa ou qualquer iniciativa relacionada a implantação de um programa de coleta seletiva seja proveniente do poder público.

Baseando-se nas informações referentes aos atrativos turísticos e aos meios de hospedagem, foi elaborado, abaixo, o quadro 3, onde estão relacionados três indicadores ambientais estudados no município de Bonito, que indicam o problema, o estado, o agente de pressão e a resposta.

Quadro 3 - Indicadores ambientais de pressão, estado e resposta para Bonito.

Problemas	Indicador de Pressão	Indicador de Estado	Indicador de Resposta
Água	Empreendimentos turísticos	Perfuração de poços artesianos	Não foi identificado
Esgoto	Aumento da geração de efluentes na alta temporada	Diminuição do Índice de Qualidade da Água	Ações propostas nos programas e inquérito Civil
Resíduos sólidos	Aumento da geração de resíduos na alta temporada	Existência de lixão como destino inadequado dos resíduos.	Ações propostas nos programas e Inquérito Civil

Fonte: Trentin, 2005.

No problema relacionado a água, foi considerado que o lençol freático sob Bonito está sendo pressionado pela perfuração de poços artesianos sem autorização, podendo comprometer o volume de água subterrânea (PDITS, 2004). Neste caso, os empreendimentos de hospedagem são considerados como indicadores de pressão, pois a perfuração destes indica o estado como a possível interferência nas águas subterrâneas e o indicador de resposta se deu com a fiscalização por parte do órgão competente.

Já o esgoto, tem sua produção aumentada na alta temporada diminuindo a qualidade da água, uma vez que não há tratamento de 100% dos efluentes. Com os resíduos sólidos, a situação é semelhante, pois na alta temporada, há maior produção de resíduos e estes são depositados em um local denominado lixão sem o tratamento adequado.

Com esta análise pôde-se ter uma visão geral da gestão ambiental do turismo no município de Bonito e os aspectos contemplados nos programas e projetos elaborados para o município e/ou Serra da Bodoquena, principalmente em relação a captação de água, esgotamento sanitário, destino dos resíduos sólidos.

Considerações finais

Bonito teve sua organização e promoção do desenvolvimento turístico resultante, entre outros motivos, de uma Política Nacional de Turismo que objetivou a descentralização da gestão do turismo, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT. Atualmente, o município e sua região e a Serra da Bodoquena estão engajados no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que é um programa do Plano Nacional de Turismo, portanto, delineado em âmbito federal.

Com relação ao estado de Mato Grosso do Sul, existe a política de regionalização e Bodoquena, Bonito e Jardim são membros da região sudoeste, junto com outros municípios. Ainda, em âmbito estadual, estão em fase de elaboração alguns projetos que contemplam a região da Serra da Bodoquena, mas fazem parte de uma articulação federal que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo para a Região Sul – Prodetur/Sul e o Programa Pantanal. Assim, o que tem sido feito para a implementação do turismo na Serra da Bodoquena, mesmo que em âmbito estadual ou municipal, tem relação direta com a articulação da atividade turística entre o Ministério do Turismo – MTur, Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e os órgãos estaduais e municipais de turismo.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo – PDITS e os Programa Pantanal e Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas na Bacia Hidrográfica do Pantanal e Alto Paraguai têm ações que visam à melhoria da qualidade ambiental de Bonito e Serra da Bodoquena com propostas para o saneamento urbano, desenvolvimento de estudos para gerarem informações sobre as condições hidro-geológicas locais, como está ocorrendo com o programa de qualidade das águas da sub-bacia do rio Formoso, dentre outros.

Quando implementados, os dados e informações destes programas podem ser usados para a geração de indicadores ambientais tendo como um dos objetivos o direcionamento na elaboração de políticas públicas que atenda às necessidades reais da Serra da Bodoquena, pois os indicadores de sustentabilidade constituem-se em subsídios importantes para as políticas públicas, uma vez que retratam a realidade de determinado local (país, estado, município) nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e institucionais.

Embora Bonito tenha sido alvo de vários programas para o desenvolvimento do turismo, nenhum apresentou uma proposta que tenha incluído a elaboração e inclusão de indicadores. É importante enfatizar que o uso destes pode constituir-se numa maneira de avaliar os resultados das ações implantadas e, ao mesmo tempo, subsidiar as decisões a serem tomadas na definição das políticas públicas.

O que se observou, também, nas ações da maioria dos programas, foi a preocupação com a infra-estrutura turística e sua organização por meio de instrumentos legais, assim como a capacidade de carga dos atrativos e licenciamento ambiental destes.

Ao final da pesquisa foi possível verificar que os atrativos não apresentaram maiores problemas em relação aos indicadores pesquisados (água, esgoto e resíduos sólidos), pois estão de acordo com o que é exigido para obter o licenciamento. Embora a maioria deles, socializem as externalidades do uso turístico de suas propriedades, levando parte dos resíduos sólidos para o lixão e retirando das fossas sépticas os efluentes que são levados para a estação de tratamento local, que, por sua vez, não tem capacidade para tratar a totalidade dos efluentes produzidos.

O maior problema reflete-se na gestão ambiental da cidade e no seu entorno imediato, pois possui maior concentração da infra-estrutura turística. Assim, mesmo a atividade turística estando num certo grau de organização em termos de regulamentação e ordenamento do uso dos atrativos naturais, outros aspectos como saneamento básico, por exemplo, não foi priorizado pelas políticas públicas federais, estaduais e locais e que incidiram no território de Bonito.

Tal observação é passível de questionamentos como: até quando as questões referentes ao meio ambiente serão pensadas e direcionadas apenas para o “verde” e isoladas do todo? O que se entende por gestão e monitoramento ambiental de destinos turísticos é simplesmente conservar as áreas verdes? Onde está a sustentabilidade, tão presente nos discursos que acompanham o desenvolvimento da atividade turística?

Fica um alerta e um desafio aos planejadores do turismo para que aprimorem e utilizem instrumentos norteadores como os indicadores de sustentabilidade, para que se obtenha por meio das políticas públicas e seus respectivos programas, projetos e ações um desenvolvimento pautado em resultados mais próximos da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Referências

ALMEIDA, F.F. Geologia da Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul), Brasil. **Boletim de Geologia e Mineralogia**. Departamento Nacional de Produção Mineral- DPNM, Rio de Janeiro (219): 1-96, 1965.

ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Bonito; Sindicato Rural de Bonito; SEBRAE/MS (coord.). **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito**. 2003.

BOGGIANI, P. C. et.al. Tufas calcárias da Serra da Bodoquena, MS: cachoeiras petrificadas ao longo dos rios. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. [S.l.:s.n.]. p. 249 – 259.

BONITO. Prefeitura Municipal de Bonito/Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultural – FAPEMS; Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL; e Petrobrás. Termo de convênio n. 6000.0002116.04.4/2004. Rio de Janeiro. 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Estado da produção e do Turismo. Unidade de Coordenação Estadual. **PRODETUR-SUL – MS**. Campo Grande. Jan. 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas (2003 - 2007)**. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/o-catalogo-documentos/Anuario/Plano_Nacional_do_Turismo.pdf>. Acesso em: 5. maio. 2003.

_____. Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/o-catalogo-documentos/arquivos-internos/ecoturismo.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2004.

_____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; EMBRATUR. **Política nacional de turismo: diretrizes e programa (1996 - 1999)**. Brasília, DF: MICT/EMBRATUR, 1996.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Agência Nacional de Águas. SEMA/IMP/ Gerência de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (coord.). **Bacia hidrográfica do rio Formoso**. Campo Grande, MS. 2002.

CONSTANTINO, R.; LOUBET, L.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, Â. **Projeto Formoso Vivo – uma estratégia integrada para conservação da bacia hidrográfica do Rio Formoso, Bonito/MS**. Bonito, 2004. Arquivo CD.

CRUZ, R. de C. Políticas de turismo e território. **São Paulo: Contexto, 2000**.

EMBRATUR; IEB. **Avaliação do potencial ecoturístico do pólo prioritário Serra da Bodoquena - MS2**. Brasília, DF. 2002. Convênio 039/02 – Fase II.

FUNBIO/MPE/COMTUR. **Pólo ecoturístico de Bonito**. Inventário – Primeira Etapa. Relatório preliminar. Bonito, MS. dez. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geografia/ambientais/ids/ids.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 1 dez. 2003.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SEBRAE/MS; COMTUR-BONITO. **Estudo de impacto ambiental da visitação turística do monumento natural Gruta do Lago Azul – Bonito, MS**. CD-ROM. versão jan. 2004.

LANNA, A. E. **Introdução á gestão ambiental e á análise econômica do ambiente**. 1996.

MAGALHÃES, G W. (coord.). **Pólos de ecoturismo**: Brasil. São Paulo: Terragraph, 2001.

_____. **Pólos de ecoturismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Terragraph, 2001.

MATHIS, A. **Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional**. Disponível em <<http://www.gpa21.org/publicacoes/8Instrumentos.pdf>>. Acesso em: 1 dez 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Ministério Público Estadual Comarca de Bonito. Portaria n. 004/2004. Inquérito Civil. Bonito. 2004. mimeo.

_____. Ministério Público Estadual Comarca de Bonito. Portaria n. 003/2004. Inquérito Civil Bonito. 2004. mimeo.

_____. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai. Gerenciamento de Recursos Hídricos nas vizinhanças da cidade de Corumbá (MS). **Relatório de qualidade das águas superficiais da bacia do Alto Paraguai, MS. 2002**. Campo Grande, MS, 2004.

_____. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai. Gerenciamento de Recursos Hídricos nas vizinhanças da cidade de Corumbá (MS). **Relatório de qualidade das águas superficiais da bacia do Alto Paraguai, MS. 2001**. Campo Grande, MS, 2003 (a).

_____. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai. Gerenciamento de Recursos Hídricos nas vizinhanças da cidade de Corumbá (MS). **Relatório de qualidade das águas superficiais da bacia do Alto Paraguai, MS. 2000**. Campo Grande, MS, 2003 (b).

_____. Secretaria de Estado de Produção e do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável -PDITS**. CD-ROM. versão jan. 2004.

_____. Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul - IMAP. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, Oficina Regional – Sudoeste**. Bonito, 2001.

MERICO, K. F. K. Políticas Públicas para a sustentabilidade. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 251 – 262.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. **Programa Pantanal**: sumário executivo, abr. 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

TRENTIN, Fábila. A apropriação do espaço pelo (eco) turismo no município de Bonito (1990 a 2000). 2001. 107f. **Dissertação** (Mestrado em Turismo) – Centro Universitário de Ibero-Americano, São Paulo.

Notas Explicativas

¹Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

²Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

³A entrevista com o Secretário de Turismo foi realizada em julho de 2004, atualmente o cargo é ocupado por outra pessoa.